

Trabalho de Graduação
Curso de Graduação em Geografia

A Produção Acadêmica da Geografia escolar: um estado da arte no campo do currículo e do livro didático

Estevam de Sousa Payão

Prof. Dr. João Pedro Pezzato

Rio Claro (SP)

2024

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Câmpus de Rio Claro

Estevam de Sousa Payão

A Produção Acadêmica da Geografia escolar: um estado da
Arte no campo do currículo e do livro didático

Trabalho de Graduação apresentado ao
Instituto de Geociências e Ciências
Exatas - Câmpus de Rio Claro, da
Universidade Estadual Paulista Júlio de
Mesquita Filho, para obtenção do grau de
Licenciado em Geografia.

Rio Claro - SP

2024

P343p

Payão, Estevam de Sousa

A produção acadêmica da geografia escolar : um estado da arte no campo do currículo e do livro didático / Estevam de Sousa Payão. -- Rio Claro, 2024

45 p.

Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura - Geografia) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro

Orientador: João Pedro Pezzato

1. Geografia. 2. Currículo. 3. Livro didático. 4. Estado da arte. I. Título.

Estevam de Sousa Payão

A Produção Acadêmica da Geografia escolar: um estado
da arte no campo do currículo e do livro didático

Trabalho de Graduação apresentado ao
Instituto de Geociências e Ciências
Exatas - Câmpus de Rio Claro, da
Universidade Estadual Paulista Júlio de
Mesquita Filho, para obtenção do grau de
Licenciado em Geografia.

Comissão Examinadora

Prof. Dr. João Pedro Pezzato (orientador)

Prof.^a Dra. Andréia Medinilha Pancher

Prof. Ms. Bruno Moreira Riani Costa

Rio Claro, 23 de novembro de 2024.

Assinatura do(a) aluno(a)

assinatura do(a) orientador(a)

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. João Pedro Pezzato, meu orientador, que aceitou me acompanhar neste desafio, e, me acompanhou nessa empreitada desde o pré-projeto de monografia, além de ter me ajudado com a busca de uma compreensão própria dos meus objetivos.

À minha família, por ter me apoiado por todo o curso de licenciatura em Geografia e que sempre esteve presente quando eu mais necessitei de ajuda e compreensão.

Aos meus colegas, que me apoiaram com conselhos e escutaram minhas lamúrias durante o curso e que principalmente estiveram do meu lado durante os momentos mais complicados da vida.

RESUMO

O objetivo principal desse estudo foi analisar a produção acadêmica do campo da Geografia escolar com foco no currículo e no estudo a respeito de Livros Didáticos. As fontes de pesquisa selecionadas para a metodologia de tipo “estado da arte” foram o Google Acadêmico, SciELO e Periódico CAPES. Em um primeiro momento foram encontrados mais de 16 mil resultados relacionados aos temas, sendo 18.912 apenas no Periódico CAPES entre 2020 e 2023. Para tornar a pesquisa mais precisa, foram combinadas as três palavras-chave, resultando na seleção de 24 artigos, dos quais 16 estavam acessíveis para análise integral. A pesquisa buscou mapear, descrever e discutir a produção acadêmica nas áreas de Geografia e Educação, considerando as condições e características de artigos acadêmicos. Como técnica de análise, utilizou-se a análise de conteúdo estruturada em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, com inferência e interpretação. Os artigos analisados foram agrupados em quatro categorias: i) Práticas de ensino; ii) Temáticas em geografia; iii) Grupos invisibilizados; e iv) Currículos e livros didáticos.

Palavras-chave: Currículo; Geografia; Livro didático; Estado da arte.

ABSTRACT

This study analyzed the academic production in the field of school Geography, focusing on the curriculum and the study of textbooks. The research sources selected for the "state of the art" methodology were Google Scholar, SciELO, and CAPES Journals. In the first stage, more than 16,000 results related to the themes were found, with 18,912 from CAPES Journals alone between 2020 and 2023. To make the research more precise, the three keywords were combined, resulting in the selection of 24 articles, 16 of which were fully accessible for comprehensive analysis. The research aims to map, describe, and discuss academic production in the areas of Geography and Education, considering the conditions and characteristics of academic articles. Content analysis was used as the analytical technique, structured in three stages: pre-analysis, material exploration, and results processing, with inference and interpretation. The analyzed articles were grouped into four categories: i) Teaching practices; ii) Geography themes; iii) Invisible groups; and iv) Curricula and textbooks.

Keywords: Curriculum; Geography; Textbook; State of the art.

Title in english: The Academic Production of School Geography: A State of the Art in the Field of Curriculum and Textbooks.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	METODOLOGIA.....	8
3	DESENVOLVIMENTO.....	15
3.1	PRÁTICAS DE ENSINO.....	15
3.2	TEMÁTICAS DE GEOGRAFIA.....	17
3.3	GRUPOS INVISIBILIZADOS.....	20
3.4	CURRÍCULO E LIVROS DIDÁTICOS.....	26
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
	REFERÊNCIAS.....	41

1 INTRODUÇÃO

A produção acadêmica no campo da Geografia escolar tem sido um espaço de crescente interesse, especialmente no que se refere à construção e implementação de currículos e ao papel desempenhado pelos livros didáticos na formação dos estudantes. Esse cenário é marcado por desafios inerentes à própria natureza multidimensional da Geografia, que abrange desde questões ambientais e sociais até o desenvolvimento de habilidades de leitura crítica do espaço geográfico. O presente estudo se insere nesse contexto, adotando a metodologia de "estado da arte" para mapear e analisar a produção científica focada no currículo escolar e nos livros didáticos de Geografia.

Para a coleta de dados, foram utilizadas três importantes bases de pesquisa: Google Acadêmico, SciELO e Periódico CAPES, nas quais foi identificado um grande volume de trabalhos publicados entre 2020 e 2023. Neste trabalho foram analisados 16 artigos, que permitiu focar em trabalhos que apresentavam uma contribuição substancial para o debate sobre a Geografia escolar, o currículo e os livros didáticos. Os artigos analisados foram agrupados em quatro categorias, em razão de suas afinidades: Práticas de ensino; temáticas em geografia; Grupos invisibilizados; Currículos e livros didáticos.

Nessa pesquisa, buscou-se mapear esses estudos para compreender as tendências e lacunas acadêmicas na área, fornecendo uma percepção valiosa para a formação de professores, o desenvolvimento de materiais didáticos e a formulação de políticas educacionais. Além disso, a investigação sobre a invisibilidade de grupos específicos no ensino de Geografia revela a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e crítica, que contemple a diversidade e complexidade do espaço geográfico e dos sujeitos que o habitam. Desta forma, esse trabalho tem como objetivo entender e analisar quais assuntos estão sendo pesquisados e trabalhados, no âmbito do currículo escolar e nos livros didáticos em geografia. Assim, a presente pesquisa contribui não apenas para o avanço do conhecimento acadêmico, mas também para a reflexão sobre práticas educativas mais equitativas e transformadoras no ensino de Geografia.

2 METODOLOGIA

A partir dos canais de pesquisa acadêmica mais usados, como exemplo o google acadêmico, SciELO e o periódico CAPES foi constatado através das pesquisas relativas à educação em geografia, currículo e livros didáticos, mais de 19 mil pesquisas relacionadas a esses assuntos. Ao pesquisar as três palavras-chave separadas no Portal de Periódico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) apareceu o resultado de 16 mil artigos feitas durante os anos de 2020 e 2023. Para centralizar a pesquisa foi utilizado as três palavras-chave em conjunto, afinando a pesquisa em vinte e quatro artigos.

Dessa forma, com resultado da busca de vinte e quatro artigos, mas, dessas apenas sete não foram possíveis de acessar online, enquanto uma teve sua publicação duplicada. Assim nessa pesquisa foram analisados 16 artigos, referentes as três palavras chaves, que possuíam um link de acesso à obra completa, não apenas à descrição resumida do trabalho, a saber, nome do autor, nome da instituição, e nome do artigo.

Empregou-se o procedimento de análise das obras, que consistiu em leitura, inicialmente, dos resumos de cada artigo. Após essa etapa, foi realizada a leitura integral de cada uma das obras selecionadas, para aprofundamento e compreensão. Utilizando Ferreira (2002) como base para o tipo de pesquisa “estado da arte” que é definido como:

Definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. (Ferreira, 2002, p. 258).

Como técnica de análise dos dados, foi empregada a análise de conteúdo, como propõem Bardin (2009) e Bauer (2008). A análise de conteúdo é tratada como um instrumento que reúne um conjunto de técnicas aplicadas à análise das comunicações. As análises de conteúdo, segundo Bardin (2009), possuem três fases de análise, a primeira é a pré-análise; a segunda é a exploração do material; o terceiro é o tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação.

No Quadro 1 estão elencados os nomes dos trabalhos, autores, instituições e ano de produção de cada pesquisa analisada no trabalho.

Ao todo são 20 autores, distribuídos por 17 universidades brasileiras, nas quais foram identificadas três instituições com maiores publicações, 2 na Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2 Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e 2 Universidade de Brasília (UNB).

Quadro 1: Relação de artigos consultados.

Ordem	Título	Autor	Instituição/Autor	Ano
1	Currículo, poder e a política do livro didático de geografia no Brasil	Márcio Abondanza Vitiello; Núria Hanglei Cacete	UNIFAL-MG (Universidade Federal de Alfenas); USP (Universidade de São Paulo)	2021
2	GEOGRAFIA AFRICANA E AFROBRASILEIRA ANÁLISE DE LIVRO DIDÁTICO GEOGRAFIA GERAL E DO BRASIL: VOLUME ÚNICO	Agnes Cardoso Magalhães	UnB (Universidade de Brasília)	2021
3	TROPICALIDADE E INTENCIONALIDADE EM LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA: UMA LEITURA DAS OBRAS DE AROLD DE AZEVEDO, ELIAN ALABI LUCCI E MELHEM ADAS	Bruno Falararo de Mello; João Pedro Pezzato	Unesp (Universidade Estadual Paulista)	2020

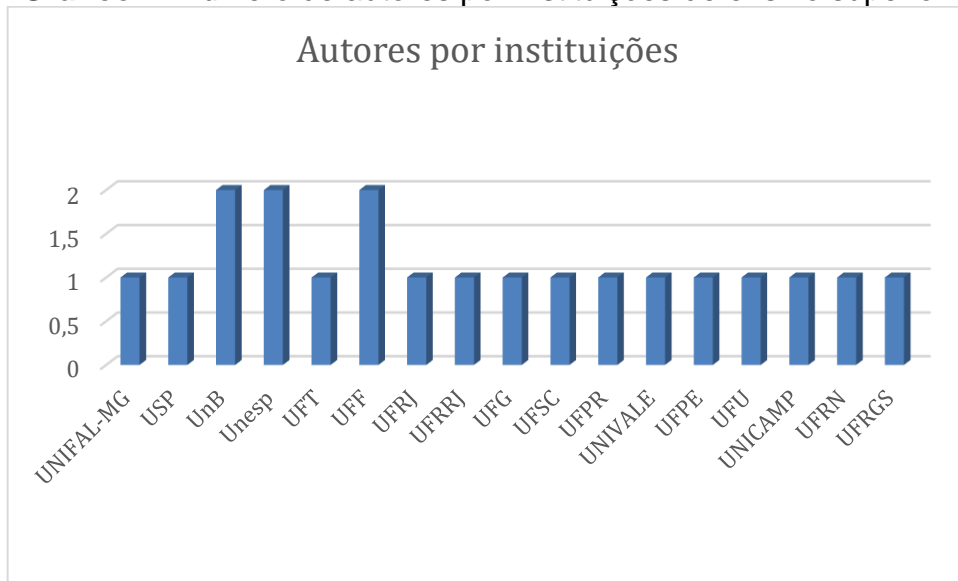
4	OS MÉTODOS DAS CIÊNCIAS, O PARADIGMA INDICIÁRIO E AS PESQUISAS DOCUMENTAIS EM GEOGRAFIA: UMA PROPOSTA APLICADA	Bruno Falararo de Mello; João Pedro Pezzato	Unesp (Universidade Estadual Paulista)	2021
5	CAMINHOS DE APRENDIZAGEM GEOGRÁFICA PARA O 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: ENTRE IMAGENS, EVENTOS E HABILIDADES	Carolina Machado Rocha Busch Pereira; Jaciara Araújo de Moura	UFT (Universidade Federal do Tocantins)	2022
6	África com ciência e interculturalidade: Fazendo valer a lei 10.639/2003 na geografia escolar	Marcus Vinícius Castro Faria; Vinícius de Luna Chagas Costa; Diomario da Silva	UFF (Universidade Federal Fluminense); UFF (Universidade Federal Fluminense); UFRRJ (Universidade Rural do Rio de Janeiro)	2021

7	MATERIAIS PEDAGÓGICOS PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL II	Luana de Almeida Rangel	UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro)	2021
8	ANÁLISE DOS CONCEITOS GEOGRÁFICOS NOS DOCUMENTOS OFICIAIS DA EDUCAÇÃO E NO CURRÍCULO REFERÊNCIA DE GOIAS DO ENSINO FUNDAMENTAL II	Jéssica Almeida Gratão	UFG (Universidade Federal de Goiás)	2021
9	A TEMÁTICA INDÍGENA NO ENSINO DE GEOGRAFIA: PROBLEMAS E CAMINHOS.	Adilar Antônio Cigolini; Michelle Correa da Silva	UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina); UFPR (Universidade Federal do Paraná)	2020

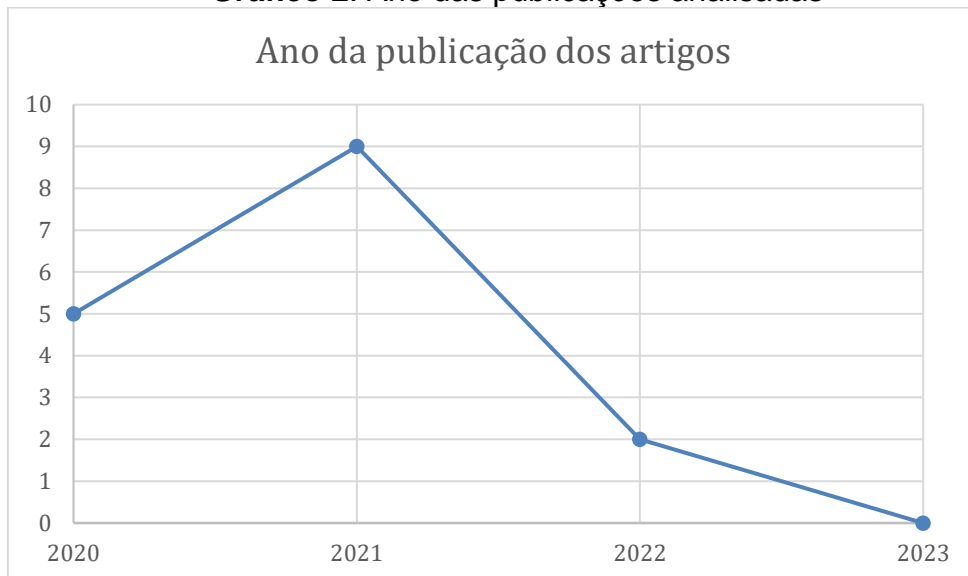
10	Itinerários da Educação Básica no Ensino Fundamental II no Conteúdo Curricular de Geografia: da Constituição Federal de 1988 à prática esperada da BNCC	Marcia Batista Lanes	UNIVALE (Universidade Vale do Rio Doce)	2020
11	ANÁLISE DAS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS DO LIVRO DIDÁTICO “GEOGRAFIA GERAL E DO BRASIL: ESPAÇO GEOGRÁFICO E GLOBALIZAÇÃO”	Manuela Castro Costa Netto	UnB (Universidade de Brasília)	2021
12	O ESTUDO DO MEIO E O (RE) PENSAR A PRÁTICA DE ENSINO NA PERSPECTIVA CRÍTICA DA GEOGRAFIA	Marlene Macário de Oliveira	UFPE (Universidade Federal de Pernambuco)	2021
13	PROFESSORES DE GEOGRAFIA DO ENSINO FUNDAMENTAL II E AS LEIS FEDERAIS 10.639/2003 E 11.645/2008	Adriany de Ávila Melo Sampaio; Aluê Gomes da Silva	UFU (Universidade Federal de Uberlândia)	2021

14	Conteúdo de Geociências em Livros Didáticos de Ciências do Ensino Fundamental I: Identificando a Presença e os Temas Abordados	Cláudia Patricia Araújo e Silva; Raquel Franco de Souza	UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas); UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)	2020
15	AS DISCIPLINAS ESCOLARES E OS LIVROS DIDÁTICOS COMO EXPRESSÕES DA CULTURA ESCOLAR: algumas considerações de ordem teórica	Bruno Falararo de Mello; João Pedro Pezzato; Christiane Fernanda da Costa	Unesp (Universidade Estadual Paulista)	2022
16	PALEONTOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: uma perspectiva lúdica na abordagem de temas geológicos e paleontológicos no ensino de Geografia	Marcelo Guglielmi	UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)	2020

Fonte: elaborado pelo autor

Gráfico 1: Número de autores por instituições de ensino superior.

Fonte: elaborado pelo autor

Gráfico 2: Ano das publicações analisadas

Fonte: elaborado pelo autor

A qualidade da análise foi avaliada a partir de critérios como coerência, transparência, fidedignidade e validação. Como metodologia, foram adotados os procedimentos fundamentais da análise de conteúdo, que incluem a descrição analítica, a interpretação dos significados e a análise dos significantes. Esses passos são essenciais para garantir a profundidade e a precisão dos resultados obtidos na investigação.

3 Desenvolvimento

Os dezesseis trabalhos investigados são norteados pela mesma preocupação: a questão do ensino de Geografia por meio dos livros didáticos e as implicações curriculares. Foi possível agrupá-los conforme suas afinidades, assim sendo possível formar quatro campos de estudo, conforme segue abaixo. Posteriormente, foi feita a investigação das obras didáticas para analisar como estão sendo retratada as problemáticas analisadas nessa investigação.

3.1 Práticas de ensino

Os artigos analisados foram determinados nesse campo, devido ao conteúdo voltado para discussão de práticas de ensino e análise de material para a possibilidade de uma aprendizagem melhor no conteúdo.

O primeiro artigo é o “Caminhos de aprendizagem geográfica para o 6º ano do ensino fundamental: entre imagens, eventos e habilidades.”, escrito por Carolina Machado Rocha Busch Pereira e por Jaciara Araújo de Moura. Essa a pesquisa propõe analisar as imagens do livro didático como potenciais recursos ao processo de ensino e aprendizagem da educação geográfica, a partir dos fundamentos e de seus desafios.

A pesquisa de Pereira e Moura (2022) desenvolveu-se através de revisão bibliográfica e análise documental. Para discorrer sobre o assunto inicialmente foi feita uma reflexão sobre ensino de geografia e a BNCC; posteriormente foi analisado o uso de imagens para a compreensão do espaço geográfico, para o embasamento teórico desse assunto. As autoras utilizaram MARTINS, Célia (2010); GOMES, Paulo Cesar da Costa (2013); e CASTELLAR, Sônia; VILHENA Jerusa (2011). Assim, nessa parte do artigo é demonstrado que as imagens possuem uma relevância indispensável ao processo de ensino e aprendizagem, devido a representação visual que contém.

Foi analisado pelas autoras o livro didático:

- i. TORREZANI, Neiva Camargo. Vontade de saber Geografia: Geografia 6º ano: ensino fundamental: anos finais. São Paulo: Quinteto Editorial, 2018.

Através das imagens contidas no livro foram feitas análises e propostas de ensino utilizando-as em respectivas áreas da geografia; vale destacar que em alguns

momentos as autoras até mesmo indicam quais habilidades poderiam ser trabalhadas com determinada imagem.

Ao final da pesquisa Pereira e Moura (2022) determinam que a proposta do artigo foi lançar possibilidades de reflexão para a educação geográfica com o uso de imagens, a partir do desenvolvimento de situações geográficas ancoradas em habilidades propostas pela BNCC para o 6º ano.

A área, que obteve maior aprofundamento, foi a Geografia Física. Para isso, foi proposto a utilização de certos recursos pedagógicos para se ensinar esse tipo de conteúdo. Rangel (2011), em seu trabalho “Materiais Pedagógicos para o ensino de Geografia Física no Ensino Fundamental II”, discorre a partir de análises bibliográficas a relevância da relação entre os livros didáticos e a elaboração de materiais complementares que compõem o ensino de Geografia Física.

Foi analisada pela autora o livro didático:

- i. ADAS, M.; ADAS, S. Expedições Geográficas. 3ª Ed. São Paulo: Moderna, 2018.

Para tanto, a autora avaliou os conteúdos apresentados no sumário, abordagem dos temas voltados para Geografia Física e os enunciados relacionados com a temática. Ele explica que escolheu analisar o livro do 6º ano, pois segundo a BNCC e o Currículo Carioca, os conteúdos voltados para a temática de Geografia Física aparecem em maior frequência nesse período. Posteriormente Rangel (2021) faz uma crítica ao livro, comentando que

Outro problema identificado é que os temas de Geografia Física, quando abordados no material didático, normalmente, limitam-se a apresentar aspectos físico-naturais em macro escala, estando desconectados, isto é, algumas unidades não se interrelacionam. Esta prática reproduz a visão fragmentada de conteúdos geográficos e se afasta de uma abordagem metodologicamente sistêmica. Como consequência, temas associados a riscos socioambientais, como, por exemplo, deslizamentos e perda da qualidade dos solos por erosão quase não são debatidos em sala de aula. (Rangel, 2021, p. 12).

Ao final da pesquisa Rangel (2021) constatou que há uma ausência de conexão entre temas de Geografia Física e de Geografia Humana, além de que alguns temas foram abordados de forma superficial e com uma linguagem que não condiz com a idade do público-alvo do livro, que são os alunos cursando o 6º ano. A autora defende também que por causa dessa deficiência nos livros didáticos, a elaboração de materiais e recursos didático-pedagógicos pelos docentes pode ser uma estratégia para complementar os conteúdos ausentes dos livros.

Outro fator defendido pela autora, mas que ela compreende a dificuldade é a adaptação de textos acadêmicos sobre Solos Urbanos para a educação básica. Ela entende que é difícil, mas quando bem-feito podem ser fundamentais para trabalhar determinados conteúdos em sala de aula.

O último artigo desse grupo é sobre a paleontologia na educação básica, produzida por Marcelo Guglielmi Leite (2020) com a pesquisa intitulada de “PALEONTOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: uma perspectiva lúdica na abordagem de temas geológicos e paleontológicos no ensino de Geografia”. O trabalho possui como objetivo apresentar atividades para se realizar em salas de aula, em que reforcem o conhecimento geológico na disciplina de Geografia. O autor apresenta duas atividades lúdicas, sendo a primeira nominada de “Os automóveis e o tempo geológico” e a segunda chamada de “Bingo do Tempo Geológico: o Tempo da Natureza”. Segundo o autor, essas duas atividades foram realizadas em turmas do ensino fundamental e médio em aulas de Geografia em Gravataí (RS).

O autor apresenta sua análise com sugestões, apresentando etapa por etapa da realização da atividade. Ao final o autor constata que a utilização de atividades lúdicas mais distantes de um ensino tradicional trouxe uma melhoria na aprendizagem dos alunos e, ainda, utilizou a quantidade de acertos de questões para mensurar essa melhoria. Leite (2020) apresenta também uma visão de que são necessárias novas estratégias que sejam motivadoras, para que promovam interação entre demais disciplinas e contribuam para a aprendizagem do conhecimento geológico.

Para concluir Leite (2020) determina que as atividades lúdicas.

auxiliam no entendimento da amplitude geográfica dos acontecimentos da dinâmica da história da Terra e na constatação de que as modificações em termos ambientais proporcionaram os eventos responsáveis pelo desaparecimento de espécies e o posterior aparecimento de outras no tempo.

(Leite, 2020, p. 66).

3.2 Temáticas de geografia.

Esse grupo da pesquisa foi criado para analisar os artigos que possuíam como foco principal a análise de algumas respectivas temáticas de geografia, com a ideia em uma área em específico.

O trabalho de Oliveira (2020) intitulado “O estudo do meio e o (re) pensar a prática de ensino na perspectiva crítica da geografia”, reflete sobre a cidade e o urbano a partir da metodologia do estudo do meio na perspectiva crítica da geografia. A

principal ideia do trabalho foi a proposta de alternativas didático-pedagógicas para o ensino-aprendizagem na geografia escolar, através da pesquisa sobre lugar e fenômeno da complexificação nos territórios, resultantes dos processos de globalização e fragmentação, envolvendo o período de Pandemia do Coronavírus.

A fundamentação da análise de cidade e o urbano na geografia escolar pautou-se nos referenciais teóricos de Milton Santos (2009;2011), Ana Fani Alessandri Carlos (2007), Marcelo Lopes Souza (2008) e Elza Yasuko Passini (2007). No tocante ao estudo do meio para a análise do espaço de experiências concretas a autora pautou-se Lana de Souza Cavalcanti (2008), Oswaldo Alonso Rays (2010) e Jose Willian Vesentini (1995). Com base no artigo, a autora inicialmente retrata a discussão sobre estudar cidade no âmbito da discussão de globalização. De acordo com Oliveira (2020)

“Nessa perspectiva estudar a cidade significa compreender como o mundo se organiza, como se transforma, como age o capital, como se organizam as grandes firmas, como acontece à produção, o destino do produto, a circulação, a informação e o papel que o Estado assume numa economia de mercado cada vez mais mundializada gerando concentração de riqueza e acentuando o caráter desigual do desenvolvimento do território.” (Oliveira, 2020, p.113).

Na segunda parte ela comenta sobre as metodologias de didática e retrata as dificuldades do ensino da matéria devido à complexidade do tema e a estrutura escolar atual. Esse aspecto é explicitado pela autora quando ela escreve que

“A cidade se impõe à escola: como uma pluralidade de sujeitos, de culturas, de instituições, de estímulos, de sensibilidades, ou seja, como experiência de aprendizagem muito diversificada e, descontrolada para os padrões escolares, exigindo sempre a atualização dos mecanismos e das estratégias de inclusão e exclusão, e controle, os quais, por outro lado, dão lugar a astúcias, a práticas, a táticas de subversão, a apropriação e novos empregos das experiências, culturas e saberes compartilhados.”(Oliveira, 2020, p.120).

Ao final do seu estudo, Oliveira (2020) constata que realidade espacial instaurada pela emergência sanitária de Covid-19 obrigou a novas didáticas, construir novas práticas e atitudes frente ao trabalho de ensino. Na questão da estrutura do trabalho escolar, ela afirma que caberá ao professor definir escolhas exigentes e criteriosas de ensino e de pesquisa, através do uso diversificado dos recursos didático-pedagógicos, como exemplos: livros didáticos, mapas, vídeos e lives.

O trabalho de Mello e Pezzato (2020) intitulado “Tropicalidade e intencionalidade em livros didáticos de Geografia: uma leitura das obras de Aroldo de

Azevedo, Elian Alabi Lucci e Melhem Adas”, reflete os conteúdos da climatologia escolar em livros didáticos do Ensino Médio e como essa matéria foi retratada em três diferentes livros didáticos formulados por três pensadores diferentes, sendo os dois primeiros com um pensamento similar sobre o assunto e o terceiro com uma visão oposta aos outros.

Foram selecionados pelos autores as seguintes obras didáticas:

- i. ADAS, Melhem. Panorama geográfico do Brasil: aspectos físicos, humanos e econômicos. 2ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Editora Moderna, 1985.
- ii. AZEVEDO, Aroldo de. Terra brasileira. 41ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.
- iii. AZEVEDO, A. O Mundo em que vivemos. 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- iv. LUCCI, Elian Alabi. Geografia geral: 2º grau. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 1986.

Inicialmente os autores apresentam uma breve explicação sobre como era classificada a tropicalidade, onde o embasamento teórico se decorre através de Sant’Anna, neto (2015), onde é apresentado que inicialmente a zona tropical foi motivo de muita discussão devido as diferenças entre sua classificação, apresentando brevemente os pensadores Morize, Delgado de Carvalho e Peixoto.

Posteriormente Mello e Pezzato (2020) iniciam a discussão de tropicalidade apresentada por Azevedo (1968) apud Mello e Pezzato (2020), em que é apresentado uma visão preconceituosa do autor em relação ao clima tropical. Ele apresenta uma mentalidade colonialista devido o pensamento de que os povos considerados inferiores e sujeitos à dominação é a tropicalidade e que para ele ser tropical equivale a ser dominado por quem detém o poder e os meios para explorar outrem.

Depois é apresentado a tropicalidade por Lucci (1986) apud Mello e Pezzato (2020), em que é retratado uma visão similar ao de Azevedo, com algumas sentenças que determinam seu preconceito com o clima tropical, onde é transmitido uma ideia alinhada à Geografia tradicional em que a tropicalidade é um problema a ser superado. Para corrigir esse problema é apresentado que tanto Lucci (1986) quanto Azevedo (1968) procuram outro responsável para a mudança. Lucci utiliza o relevo para a diferenciar o Brasil de outros países tropicais.

Então por último é apresentado a visão de Adas (1985), e é demonstrado uma análise diferente dos outros dois, em que o autor resolve estudar a tropicalidade não apenas pela Geografia física mas pelo ângulo social. Ele apresenta a visão europeia de que as áreas tropicais eram associadas a lugares destinados somente à satisfação das necessidades econômicas da metrópole. Já os autores apresentam que para Adas (1985) apud Mello e Pezzato (2020) o problema do clima tropical nunca decorreu das condições naturais das áreas, apresentando uma nova visão a tropicalidade de que não é ruim ser tropical.

Para concluir, os autores apresentam que para Aroldo de Azevedo, a tropicalidade brasileira é absolutamente singular e assume o papel de unidade natural do povo brasileiro; para Elian Alabi Lucci a tropicalidade brasileira em um primeiro momento encara como excessiva, ora apresentando uma visão anacrônica, ora empregando eufemismos e é corrigida quase que milagrosamente pelo relevo; para Melhem Adas, a tropicalidade escamoteia um discurso historicamente construído para exploração e opressão. Para os dois primeiros autores o clima tropical é visto como essencialmente danoso, estando ligado a um discurso historicamente construído de atraso, assim passando ao aluno a falsa noção de que a tropicalidade é ruim, mas que o Brasil por alguma razão especial, foi agraciado com a mitigação dos excessos ou dos exageros. Na contramão dos dois, Adas (1985) apud Mello e Pezzato (2020) defende a solidariedade entre as nações tropicais e com uma mensagem de esperança.

3.3 Grupos invisibilizados

Este grupo foi criado para analisar as pesquisas que possuem o foco do ensino sobre povos invisibilizados, com o foco da lei federal 10.639/2003 e 11.645/2008 que são as leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, em que inclui obrigatoriedade nas temáticas história e cultura Afro-Brasileira e Africana e história e cultura Afro-Brasileira e Indígena. Portanto esse grupo analisa essa temática e se essa lei está sendo seguida nos livros didáticos.

O trabalho de Silva (2021) e Sampaio (2021), intitulado “PROFESSORES DE GEOGRAFIA DO ENSINO FUNDAMENTAL II E AS LEIS FEDERAIS 10.639/2003 E 11.645/2008”, trata como os professores de Geografia do Ensino Fundamental II aplicam as leis federais, o estudo das autoras foi produzido de forma quantitativa com

ênfase na análise de conteúdo das respostas dos professores de escolas públicas da cidade de Uberlândia, Minas Gerais.

As autoras pautaram-se nos referenciais teóricos de Miriam Gomes de Oliveira (2017) e Paulo Vinícius Baptista da Silva (2017), além de ter uma pesquisa extensa na constituição brasileira para reforçar suas ideias. Inicialmente as autoras trazem uma breve pesquisa histórica sobre a criação das respectivas leis; posteriormente é discutido sobre a importância da lei e especulado o motivo que essa lei não é tão seguida dentro das salas de aula; as autoras especulam que os professores possivelmente não entendam a importância da temática.

Concluindo a pesquisa, Silva e Sampaio (2021) apresentam que a maioria dos professores possuíam a mesma resposta, que se assemelhavam em conteúdos superficiais sobre a questão. Elas também comentam que poucos professores da região obtiveram informação sobre as leis durante a formação docente.

A pesquisa de Magalhães (2020), nomeada de “GEOGRAFIA AFRICANA E AFROBRASILEIRA ANÁLISE DE LIVRO DIDÁTICO GEOGRAFIA GERAL E DO BRASIL: VOLUME ÚNICO”, faz uma análise do livro de Estáquio de Sene e João Carlos Moreira, e busca explicar se o livro retrata de forma completa ou não a lei 10.639/2003.

Como fonte foi analisada a obra:

- v. MOREIRA, João Carlos; DE SENE, J. E. Geografia Geral e do Brasil - Volume Único. 1ª Edição Reformulada. São Paulo: Editora Scipione, 2005.

O trabalho apresenta uma lista técnica detalhada do livro trabalhado, após isso a pesquisa divide em grupos os assuntos referentes a lei, começando com o sistema escravista, em que a autora comenta que o livro explicita uma visão romantizada da mestiçagem brasileira. Posteriormente, é apresentado e discutido sobre a divisão da sociedade brasileira por grupo étnico. Magalhães (2020) afirma que Moreira e Sene (2005) optam por ocultar a realidade violenta que ocasionou a miscigenação entre os grupos citados no livro.

Seguindo essa linha a autora fala sobre questões étnico-raciais no Brasil e estereótipos, demonstrando que o livro não aprofunda nas questões raciais importantes e nem procura problematizar como esse histórico escravista brasileiro afetou a comunidade negra no país até a modernidade. Outro foco foi as representações estereotipadas, em que é demonstrado que toda vez que é citado o

continente Africano é para representar más condições de vida ou subdesenvolvimento.

Para concluir Magalhães (2020) determina que o livro deixa transparecer o despreparo frente à discussão das relações étnico-raciais no Brasil e no mundo. Ela propõe como sugestão para ser inserida no livro ao final dos capítulos, conteúdos que supram minimamente, a falta de debates que contemplem a história e cultura africana e afro-brasileira.

O trabalho de Netto (2020) nomeado de “ANÁLISE DAS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS DO LIVRO DIDÁTICO “GEOGRAFIA GERAL E DO BRASIL: ESPAÇO GEOGRÁFICO E GLOBALIZAÇÃO”, apresenta uma análise crítica de um livro didático, a fim de pensar de qual forma é retratado a população afro-brasileira e apresenta uma análise sobre a consequência da falta de conteúdo sobre matrizes de origem africana no ensino sobre o Brasil contemporâneo.

Como fonte foi analisada a obra:

- vi. DE SENE, Eustáquio; MOREIRA, João Carlos. Geografia geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização. Editora Scipione. 5ª edição. 2012.

A autora pautou a pesquisa nos referenciais teóricos de Rafael Sanzio Araújo dos Anjos (2020); Diana Viturino Santos, Josimari Viturino Santos (2012) e Julio Jacobo Waiselfisz (2006).

A pesquisa inicia com uma apresentação extensa da ficha técnica do livro didático, apresentando todos os capítulos do livro e os respectivos subcapítulos que existem na obra. Posteriormente, Manuela Netto (2020) afirma a visão crítica que os autores do livro possuem, mas critica que não aprofundam a exploração capitalista e o sistema colonialista, que deu origem às desigualdades de classe, raça e gênero. Para defender esse ponto, a autora utiliza como base algumas citações que foram encontradas no livro didático ao longo dos capítulos. Como exemplo durante a exposição sobre a representação da população afro-brasileira no livro, a autora afirma que:

por mais que seja trabalhada a questão de renda e de desigualdade econômica, não há referências diretas sobre a situação social, econômica e política dos afro-brasileiros no país, ou à como entender isso é fundamental para entender a desigualdade social, econômica e política no Brasil. (Neto, 2020, p. 70).

Para concluir é afirmado que o livro não menciona as diversas matrizes oriundas da África, referências da formação da sociedade brasileira, sendo apresentados como se fossem um povo homogêneo, sem distinções culturais que pudessem refletir na construção cultural. Outro ponto levantado para ajuste do livro é que a divisão racial do espaço não é mencionada, limitando a desigualdade territorial no Brasil a uma questão de classe. Para finalizar, como ponto positivo, a autora destaca que deve ser reforçado a artificialidade do conceito de raça e como ela se atrela ao racismo presente na sociedade.

O trabalho que se aprofundou mais na questão do uso de livro didáticos foi o trabalho intitulado de “África com ciência e interculturalidade: Fazendo valer a lei 10.639/2003 na geografia escolar”, escrito por Marcus Vinícius Faria, Vinícius de Luna Chagas Costa, Diomario da Silva Junior (2021). O trabalho utiliza como metodologia uma pesquisa bibliográfica, que buscou explorar a complexidade do recuso didático em seu espaço-tempo e das mudanças ocorridas nos últimos trinta anos. Para reforçar a pesquisa o trabalho analisou um livro didático ao seu final para reforçar os estudos apresentados anteriormente.

Como fonte foi analisado o livro:

- vii. Adas, m., adas, s. Expedições geográficas. 3ª ed. São paulo: moderna, 2018.

Para iniciar a discussão os autores apresentam um debate decolonial acerca do manual do professor e como base científica foram utilizados argumentos de Antônio Augusto Gomes Batista (2002) e Luiz Fernandes de Oliveira (2018). Posteriormente e foi apresentada uma análise sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) e a questão racial; nessa parte os autores apresentam uma breve explicação da importância do programa e demonstram como a lei no ensino de geografia, onde as temáticas ligadas a história e cultura afro-brasileira buscam romper com projetos hegemônicos de sociedade.

Seguindo a análise dessa pesquisa, os autores fazem uma leitura crítica sobre a obra citada acima, especialmente o último capítulo, onde é trabalhado sobre a África. Os autores chegam à conclusão de que o livro mesmo não possuindo uma visão tão preconceituosa da África, ainda sim, não apresenta uma visão diferente do imaginário popular da região.

Para finalizar os autores determinam que o manual do professor possui ainda uma visão linear e eurocêntrica ao produzir uma narrativa sobre a África relacionada

a Europa, naturalizando a forma colonial e exterior ao próprio continente. É apresentado também que a contextualização positiva dos grupos discriminados deve ser não somente inserida nos manuais de geografia, como também modificar a abordagem sobre o que se ensina da África. Além disso são apresentadas algumas modificações como tencionar os currículos cristalizados ao discutir territórios, referencias e a própria formação das nações africanas. É determinado que mesmo com alguns avanços no assunto ainda não é suficiente para mudar a leitura de professores sobre a construção de mundo.

Sobre a temática indígena foi analisado o trabalho da Cigolini e Silva (2020) intitulado de “A TEMÁTICA INDÍGENA NO ENSINO DE GEOGRAFIA: PROBLEMAS E CAMINHOS”, onde é discutido sobre como a temática tem sido abordada no ensino de geografia após a implementação da lei nº 11.645/08. O objetivo do trabalho foi verificar a forma como o indígena é representado nos livros didáticos. A pesquisa teve início com a experiências das autoras dentro de sala de aula, com turmas de 7º ano, em que elas citam que fizeram atividades a partir de experiências do cotidiano dos estudantes e usando como base conceitos da ciência geográfica. Como ferramenta de apoio elas usaram o livro didático. Através dessa atividade foi notado como o conteúdo do livro didático era limitado, então se iniciou o questionamento de como superar essa limitação.

O trabalho foi dividido em 4 temas: o primeiro é uma reflexão teórica acerca da geografia escolar, o segundo foi feito uma análise das publicações que pesquisaram o conteúdo indígena nos livros didáticos, terceiro foi construído para analisar se o currículo do ensino superior tem preparado os docentes para trabalhar com a temática e o último tópico foi a pesquisa exploratória sobre a publicação que os próprios indígenas têm feito sobre eles mesmo.

Sobre o primeiro tema os autores chegaram na conclusão de que

Entende-se que, em geral, as políticas educacionais são pensadas e postas de forma vertical, respondendo a interesses de estruturas econômicas externas ao espaço escolar. Muitos gestores entendem a escola como mero espaço de formação para o mercado de trabalho, com um olhar puramente tecnicista.
(Cigolini; Silva; 2020; p.87).

Portanto para eles a lei nº 11.645/08 tem como objetivo principal diminuir as visões estereotipadas e as formas de discriminação e preconceito na sociedade.

No segundo tema os autores utilizaram uma pesquisa exploratória, através de palavras chaves pertinentes, disponíveis em meio digital. Foram citadas 4 pesquisas que os autores apresentaram no trabalho. A primeira tratou sobre a necessidade de descolonizar os saberes, já a segunda apresenta a realidade dos livros didáticos de história escritos antes da criação das Leis nº 10.639/03 e nº 11645/08, nessa pesquisa é apresentado que os historiadores não possuíam muito interesse em estudar os povos indígenas, pelo fato desses povos não terem desenvolvidos escritas. O terceiro trabalho traz questionamentos relevantes sobre o que é o indígena brasileiro, na concepção dos estudantes do ensino fundamental. O último trabalho analisado pelos autores foi sobre um estudo de 6 livros didáticos de geografia do ensino fundamental. Nesse trabalho procurou-se analisar como e de que maneira a cultura e história dos povos indígenas estava sendo abordada.

No terceiro tema os autores demonstram uma reflexão sobre como os indígenas aparecem nos livros didáticos, segundo Cigolini e Silva (2020) “Apesar do tema história e cultura indígena na educação apresentarem avanços, grande parte das abordagens ainda são precárias, fazendo com que a ideia sobre povos indígenas seja de indivíduos atrasados, em geral, ou quando o indígena utiliza algum tipo de tecnologia, a mensagem transmitida pelo não indígena é de que aquele foi aculturado e perdeu sua identidade”. É apresentado também que poucos cursos de licenciaturas sofreram modificações em seus currículos após a aprovação da Lei, em 2008.

No último tema é comentado sobre inúmeras fontes de pesquisa que fogem do olhar colonialista, entre eles estão o site Índio Educa, Rádio Yandê e o site do Laboratório de Ensino Material Didático da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP (LEMAD). É concluído no final do tema que a partir do conhecimento da existência do diferente e livre dos preconceitos que se pode tomar posições e ressignificar a prática enquanto cidadãos.

Para concluir os autores determinam que a maioria dos livros didáticos de geografia analisados silenciam sobre a temática indígena ou reforçam o senso comum deixado no imaginário do estudante, um indígena como sujeito do passado. Também é comentado que, a ausência do tratamento do tema nos currículos universitários foi uma das responsáveis, tanto pelos problemas existentes nos livros didáticos, quanto pela dificuldade de tratamento do tema, pelos professores, em sala de aula.

3.4 Currículo e livros didáticos

Esse grupo foi criado para os trabalhos analisados que discutem principalmente o currículo e que analisam o livro didático para embasamento do argumento, em específico, alguns possuindo um tema ou uma análise geral da importância do livro didático.

O trabalho de Marcia Batista Lanes (2021), intitulado de “Itinerários da Educação Básica no Ensino Fundamental II no Conteúdo Curricular de Geografia: da Constituição Federal de 1988 à prática esperada da BNCC” discute os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) até a entrada em vigor da BNCC. Neste trabalho buscou-se como se deram as políticas curriculares, assim como a prática curricular era orientada em sala de aula, no ensino de Geografia para o 6º ano do Ensino Fundamental II. Nesse estudo, utilizou-se a metodologia da análise do conteúdo em dois livros didáticos do 6º ano. Como embasamento teórico foi utilizado Miguel Gonzales Arroyo (2014), Lana de Souza Cavalcanti (1998) e Milton Santos (2002).

Foram selecionadas pela autora as seguintes obras didáticas:

- i. GEOGRAFIA do 6º ano. São Paulo: Editora Moderna, 2014. (Coleção Projeto Araribá Plus: Geografia 6).
- ii. CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella; SEFERIAN, Ana Paula Gomes. Geografia 6º ano. São Paulo: FTD, 2014.

Inicialmente a pesquisadora apresenta as políticas e prescrições legais sobre educação brasileira, iniciando com a Constituição Federal de 1988 como marco referencial de transformações e melhorias na educação nacional em seu histórico recente, funcionando como a principal prescritora de políticas educacionais nacionais. Depois, comenta sobre a reforma nos anos de estudo ampliando de 8 para 9 anos, com a lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. Posteriormente comenta brevemente sobre o ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente, apresentando como a terceira legislação educacional hierarquicamente mais importante do Brasil. Por último foi apresentada a criação do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, em 1988, e comenta que deu centralidade ao Ensino Fundamental, incorporando as perspectivas do Banco Mundial.

Depois dessa discussão sobre as prescrições legais, foram apresentados os parâmetros curriculares nacionais como precursores da BNCC, sendo lançado em

1997, em que teve críticas devido a exclusão da participação docente. É explicado também sobre a Lei 11.274/2006, que aumentou o período escolar em mais um ano, e como isso fez com que os PCN tivessem que ser adaptados para agregar mais um ano no ensino fundamental II. A autora afirma que os PCN tiveram um importante papel para a relação da multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, devido aos temas transversais introduzidos pelos PCN, que se revelaram como alternativa de articulação dos conteúdos escolares e esse pioneirismo nas possibilidades de articulação foi o que permitiu pensar nesses múltiplos temas.

Outras críticas que a autora apresenta, primeiro é a questão de que as bases para o currículo nacional foram inspiradas a partir de um modelo que foi importado da Espanha. Outra crítica é que quando foi publicado e encaminhado às escolas não houve a preocupação na realização de formação necessária e continuada de professores em escala nacional para que pudessem despertar para a importância do documento e para os modos como os mesmos poderiam ser utilizados na realidade da sala de aula.

Posteriormente Lanes (2021) apresenta a análise dos livros didáticos, a qual faz uma breve apresentação dos capítulos dos livros e uma curta análise sobre como está sendo retratado alguns temas de geografia. Após isso ela determina sobre como está a relação do livro com as normas da PCN.

Como conclusão a autora determina que dos dois textos dos livros didáticos analisados, foi evidenciado que a discussão acerca dos objetos espaço-territoriais, não estão presentes nas obras da mesma forma que é recomendado na PCN. Lanes (2021) determina também que:

Durante o trânsito desta pesquisa confirmamos ser o materialismo o ordenamento maior presente nos livros didáticos e ainda constatamos que a Geografia de cunho simbólico ainda está praticamente restrita às discussões acadêmicas, não alcançando os saberes da Geografia escolar, pelo fato de ser o próprio estudo e ensino deste conteúdo curricular de viés simbólico, recente no mundo e, mais ainda, em nosso país – ainda que os PCN já se refiram a este sentido/viés indicando-o mais que necessário. Não o encontramos nas literaturas didáticas e nem nas expressões e conceitos técnicos propostos. (Lanes, 2021, p. 537).

Sobre o assunto do Ensino Fundamental I, Silva (2020) e Souza (2020) apresentam um trabalho sobre a análise do assunto de Geociências nos livros

didáticos nesse período escolar, com o trabalho intitulado de “Conteúdo de Geociências em Livros Didáticos de Ciências do Ensino Fundamental I: Identificando a Presença e os Temas Abordados”, a pesquisa procurou compreender a presença dos conteúdos de geociências dentro das unidades temáticas propostas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Para proporcionar a análise as autoras utilizaram manuais didáticos de Ciências adotados pelo Plano Nacional do Livro Didático. O processo foi feito através da quantificação dos dados e posteriormente a análise, as autoras utilizaram a geografia tradicional para proporcionar essa pesquisa.

Inicialmente Silva e Souza (2020) discutem sobre as escolhas de temas em geografia pela BNCC, para defender o tema da geociência na educação básica, utilizando como base teórica Celso Dal Ré Carneiro (2020), Maria Cristina Motta de Toledo (2020), Fernando Flávio Marques de Almeida (2020) e Denise de La Corte Bacci (2015).

A pesquisa das autoras foi feita através de três etapas: a primeira foi a pré-análise, depois a quantificação do conteúdo Geociências e por último a descrição e categorização do conteúdo Geociências.

A primeira etapa foi a leitura do material para compreender por completo o objeto de pesquisa. Enquanto na segunda etapa as autoras quantificaram os conteúdos de geociências presentes nos livros analisados. Para a 2ª etapa foram criadas 4 fases: a primeira para determinar a quantidade de incrementos no Manual do Professor, a segunda para determinar o conteúdo de geociências no Manual do Professor, a terceira para o conteúdo de geociências expresso na forma de imagens no Livro do Aluno e por último o conteúdo de geociências nas unidades temáticas da BNCC. A terceira etapa da pesquisa resumiu os conteúdos de Geociências que foram identificados nos manuais estudados pelas autoras.

Como resultado, as autoras chegaram na constatação de que o total de conteúdos de Geociências presentes nos materiais analisados representam 18,13% dos conteúdos estudados. Elas determinaram também que os conteúdos do tema foram sumarizados em 9 categorias, entre elas estavam Sol como fonte de luz e energia, Materiais e suas propriedades, Ciclo hidrológico da água e Orientação geográfica. Foram identificados espaços cabíveis para complementações com conteúdo geocientífico, através da contextualização dos conteúdos com os elementos de vivência dos alunos, partindo das peculiaridades locais e regionais.

Sobre o ensino fundamental II é discutido no trabalho da Jéssica Almeida Gratão (2021), com o trabalho intitulado de “Análise dos conceitos geográficos nos documentos oficiais da educação e no currículo referência de Goiás do ensino fundamental II”. O artigo teve como objetivo analisar os diferentes conceitos geográficos na disciplina escolar de Geografia, no ensino fundamental II. Como metodologia a autora comparou como são apresentados em documentos oficiais como PCN, BNCC, DCN e Currículo Referência da Rede Estadual de Educação de Goiás. A autora teve como público-alvo de estudo os alunos do 6º ano, devido a ser nessa série escolar que, na disciplina de Geografia, encontra-se a introdução ou uma abordagem inicial da maioria dos conceitos-chaves geográficos.

A pesquisa de Gratão (2021) realizou uma breve análise sobre os documentos oficiais da educação com base no estudo dos conceitos geográficos. Nessa parte a autora comenta sobre os processos de ensino e aprendizagem dos conceitos principais ao estudo da geografia e como se ligam ao amplo conhecimento de inter-relações com a realidade dos alunos. Neste trabalho, foi defendido que esse assunto esteja presente no currículo escolar e que sejam abordados nos planejamentos e nas aulas. Sobre a relação entre teoria e prática, são apresentados dois princípios para a construção destes conhecimentos, sendo que o primeiro princípio se enquadra no conhecimento dos conceitos geográficos na formação e conhecimento do professor na sua base de formação, o segundo princípio está relacionado ao conhecimento do aluno no desenvolvimento do raciocínio e contato com estes conceitos no ambiente social.

Depois dessa breve análise, Gratão (2021) apresenta como os conceitos-chaves da geografia são abordados nos Parâmetros Nacionais Curriculares (PCN), ela demonstra que é desenvolvido a trajetória do pensamento geográfico, perpassando pelas correntes filosóficas que influenciam a geografia, além de retratar a importância da geografia tradicional até a crítica, e a importância das abordagens sobre os conceitos importantes ao ensino. A base dos PCN é usar estes conceitos geográficos para mediar a abstração dos conteúdos em relação com o cotidiano dos alunos. Dessa forma são apresentados os conteúdos curriculares, como a paisagem local e o espaço vivido, através de uma forma que possibilite que a criança estabeleça as primeiras relações espaciais com o mundo e vice-versa, desvinculando a ideia de visão segmentada do espaço escolar.

A autora apresenta críticas ao documento oficial, sendo que a principal delas é a de que não houve participação de professores da rede básica na elaboração de seu projeto, nem de pesquisadores e geógrafos de diferentes perspectivas na representação contextuais de uma ideia ou linha de pesquisa, bem como a falta de criticidade e de uma abordagem.

Após a representação sobre a PCN, a autora traz o pensamento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que é um documento oficial e normativo que define um conjunto de ações e etapas a serem desenvolvidas nas diversas modalidades da Educação Básica, culminando na criação de um currículo escolar padronizado, com propostas pedagógicas, conhecimentos, competências e habilidades que atinjam todos os alunos das escolas públicas e privadas da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio de todo país.

Assim, o documento oficial, aprovado em 2017, tem como principal objetivo promover a equidade na educação, na medida em que garante aos alunos o acesso ao mesmo conteúdo nas escolas de todo o país, e, com isso reverter a histórica situação de exclusão social.

Para concluir a autora defende que os processos de ensino e aprendizagem na geografia escolar implica, não apenas o conhecimento dos conceitos científicos, mas também dos conceitos cotidianos em situações de encontro/ confronto, uma vez que, o conhecimento geográfico permeia as práticas espaciais cotidianas dos alunos. Sobre os livros didáticos Gratão (2021) afirma que:

Os desafios de abordar tais conceitos não são fáceis, para isso o material didático precisa permitir que o aluno tenha ao longo do curso da disciplina de Geografia Escolar uma visão autêntica, desprovida de ideologias alienantes ou de imparcialidade que permita um processo de aprendizagem crítico, que saiba se reconhecer e se posicionar diante da opressão e da imposição do status quo.[...] O livro didático torna-se hoje o principal material didático usado em sala de aula, seu uso pode se dá de forma limitada e fidedigna para alguns Professores. (Gratão, 2021, p. 108).

O trabalho de Vitiello e Cacete (2021), intitulado de “Currículo, poder e a política do livro didático de geografia no Brasil”, promoveu uma análise da relação entre currículo e poder, no qual diferentes atores exprimem suas intencionalidades. Também, abordaram o papel do livro didático no currículo escolar, especialmente no âmbito do ensino de geografia. Por fim, buscaram compreender as políticas públicas relativas ao livro didático e as recentes ações no campo do currículo,

consubstanciadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e na Reforma do Ensino Médio. Como embasamento teórico foi utilizado nomes como Sacristán (1998), Michael Apple (2006), Choppin (2004), Bittencourt (2010) e Sene (2014).

Os autores iniciam a discussão apresentando que o currículo surge como uma necessidade social, sobretudo econômica e cultural, expressando relações de poder, ideologias, valores e concepções distintas em relação ao processo educacional. Os autores consideram que o campo da recontextualização oficial é aquele criado e dominado pelo Estado e seus agentes, enquanto esse processo pedagógico de recontextualização pedagógica é constituído a partir dos educadores e das universidades. É apresentado também que o currículo é formado por diferentes agentes, que o planejam fora do meio em que se realiza de forma prática e afirma que a cultura selecionada e organizada dentro do currículo não é a cultura em si mesma, mas uma versão escolarizada em particular.

Sobre o currículo oculto, é apresentado o que são elementos de uma socialização oculta e, que, a escola não está isolada dos conflitos sociais externos a ela. Assim, as mensagens nesse currículo não são alheias aos conflitos sociais, como exemplo os papéis do sexo na cultura, o exercício da autoridade e os mecanismos de distribuição da riqueza.

Em seguida, é comentado sobre o currículo e o livro didático, destacando que o livro, manual ou compêndio escolar, é um objeto de estudo complexo que reúne vários elementos para a sua análise, por constituir-se em uma obra pedagógica que reflete os conhecimentos científicos e características culturais de uma dada sociedade em determinado período histórico e espaço geográfico.

Os autores se baseiam na fala de Choppin (2004) para afirmar que os livros didáticos exercem quatro funções essenciais, que são: A referencial, ou curricular, na qual se observa uma tradução fiel do programa de ensino e um suporte privilegiado dos conteúdos educativos; Instrumental, pois coloca em prática métodos de aprendizagem, na maioria das vezes com exercícios e atividades; Ideológica e cultural, pois é um importante vetor de disseminação da língua, mas também dos valores das classes dirigentes; e Documental, pois compõe desenvolvimento do espírito crítico do aluno. Utilizando o pensamento de Bittencourt (2010) eles trazem também a característica de ser uma mercadoria, já que o produto obedece às lógicas de mercado.

Para defender a importância dos livros didáticos os autores trazem o pensamento de Sene (2014), quando ele defende que os professores, por melhor que fossem suas formações, não seriam capazes de produzir um material didático consistente, não por causa somente dos baixos salários, mas por faltar tempo também, devido a obrigação de lecionar muitas aulas. Outro ponto que eles realçam é o papel fundamental que os livros tiveram para a consolidação do ideário de Estado nacional a partir do século XIX. Por meio dele, foi possível disseminar valores patrióticos, impor um idioma hegemônico e fazer valer o discurso oficial. Os primeiros autores de livro didático no Brasil, ainda no período imperial, pertenciam a uma elite intelectual e tinham estreitas ligações com a política educacional do Estado. No final do século XIX foi quando surgiu uma segunda geração de autores de livros didáticos. Esses, por sua vez, possuíam maior experiência pedagógica e lidavam com a formação de professores, além de ser mais heterogêneos, pensando suas obras para um público mais amplo, incluindo mulheres e jovens de classes menos favorecidas.

Apesar de os livros didáticos serem amplamente difundidos em grande parte das instituições de ensino mundiais há cerca de dois séculos, foi notadamente a partir da década de 1970 que alguns pesquisadores passaram a analisar mais criticamente estas obras. Foi a partir da introdução e da expansão do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que foi possível, no Brasil, um maior alinhamento dos materiais escolares com os pressupostos conceituais e metodológicos atrelados aos editais do programa.

Após essa análise sobre o currículo e o livro didático, foi apresentado uma análise entre o Estado brasileiro e o programa nacional do livro didático. Com base em Filgueiras (2011) os autores destacaram quatro períodos relacionados a políticas nacionais voltadas aos livros didáticos anteriores ao atual PNLD. O primeiro processo foi instituído em 1938, com a criação da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) e o segundo se deu na década de 1950, com a Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino (CALDEME). O terceiro e quarto períodos ocorreram durante a Ditadura Militar (1964-1985): em 1966, foi criada a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED), extinta em 1971, quando surgiu o Instituto Nacional do Livro (INL), responsável pelo então Programa do Livro Didático.

Foi apresentado que durante governos ditatoriais, houve um grande controle político e ideológico das obras didáticas, com fortes interdições durante o processo da edição dos livros.

Com o fim da Ditadura Militar no país, a política voltada ao livro didático passou a ser denominada de Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), mas somente a partir de 1996 que se desenhou o atual modelo. Esse programa teve como objetivo promover a distribuição de manuais escolares a todos os alunos regularmente matriculados nas escolas públicas do país. Para mediar a produção desses materiais e dar a possibilidade de produção de diferentes coleções com correntes teórico-metodológicas próprias, o MEC instituiu uma avaliação a ser realizada por comissões de professores universitários.

A partir de 2016, com a destituição da presidenta Dilma Rousseff e a tomada de poder pelos setores mais conservadores da sociedade brasileira, foi o espaço em que se criou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que deu lugar a interesses privados de grupos minoritários associados a uma agenda neoliberal. Segundo os autores, o Estado foi progressivamente perdendo seu papel, ONGs e instituições filantrópicas, foram protagonizando a formulação de políticas no campo educacional. O trabalho apresenta a BNCC, que foi dividida em tópicos por competências e habilidades, apresentando uma estrutura fragmentada que desagrega o saber geográfico.

Para finalizar, os autores determinam que o livro didático se constitui como uma mercadoria e muitas vezes objeto de críticas, sobretudo considerando a centralidade desse tipo de texto na consecução do currículo, que pode perpetuar a clássica dependência do professor, reservando-lhe um papel de mero manipulador e reproduzidor de manuais. Eles defendem também que, as políticas públicas relativas ao livro didático têm propiciado o acesso amplo ao material que proporciona ao professor estabelecer uma convivência produtiva num constante diálogo com a realidade.

Os dois últimos trabalhos desse grupo foram escritos por Bruno Falararo Mello e João Pedro Pezzato (2020), sendo o primeiro intitulado de “AS DISCIPLINAS ESCOLARES E OS LIVROS DIDÁTICOS COMO EXPRESSÕES DA CULTURA ESCOLAR: algumas considerações de ordem teórica”, em que procurou fazer algumas considerações acerca da constituição das disciplinas escolares, em uma perspectiva histórica, partindo do advento da escola dita moderna, com o foco na Geografia escolar. Como embasamento teórico os autores utilizaram Julia (2001), Chervel (1988), Goodson (1990), Lestegàs (2002), Bittencourt (2004) e Munakata (2016).

Para iniciar a discussão os autores apresentam uma definição para o que pode ser chamado de cultura escolar, em que segundo eles foi definido como:

[...]todo o contexto da educação formal regulado por um conjunto de normas definidoras de conhecimentos a serem ensinados e condutas a serem inculcadas, e por um conjunto de práticas em que se possibilita a transmissão desses conhecimentos historicamente legitimados e a incorporação dessas condutas desejadas. (Mello; Pezzato, 2022, p. 6).

Em seguida, eles apresentam uma visão histórica sobre a escola como convívio coletivo e com o objetivo educacional, demonstrado que iniciou a partir do século XVI e que foi possível notar três elementos que a tornaram distintas de outros espaços e modos de transmissão do conhecimento. O primeiro foi o aparecimento de um espaço escolar à parte, com edifício e mobiliário próprios; o segundo a progressão dos cursos em nível e em classes separadas, para turmas distintas; o terceiro foi que a partir do século XVI, houve o nascimento de um corpo de profissionais especializados em educação, que poderiam assumir a forma de corporações ou de congregações religiosas. Nessa seção do trabalho foi apresentado o objetivo mais claro da pesquisa, em que eles não procuraram escrutinar o tema da cultura escolar em si, mas eles pretenderam trazer ao debate um ponto de vista acerca da relação, que pode ser estabelecida entre as disciplinas escolares, os livros didáticos e a concepção de uma cultura escolar.

No segundo campo do trabalho os autores utilizaram Chervel (1988) para determinar a definição de uma disciplina escolar, enfatizando como “qualquer domínio que se a encontre, uma maneira de disciplinar o espírito, isto é, de lhe dar métodos e regras para abordar os diferentes domínios do pensamento, do conhecimento e da arte”. Mas os autores concordam com o pensamento de Chervel quando ele apresenta que se ligar os ensinamentos escolares às ciências, todas as diferenças existentes entre os universos de escola e sociedade irão se limitar à necessidade de simplificar para um público jovem, conhecimentos que podem ser apresentados na sua pureza e na sua integralidade. Com essa junção o papel dos pedagogos seria de implementar “métodos” para permitir a esses jovens a assimilação mais rápida a ciência de referência. Com isso as disciplinas se reduziram a metodologia, assumindo um papel de vulgarização dos conhecimentos acadêmicos por uma espécie de mecanização da pedagogia.

Sobre a Geografia escolar, foi utilizado o embasamento teórico de Lestegás, em que defendia que era uma disciplina da culta escolar, mas que não se trata de uma redução da Geografia acadêmica. Nesse estudo, é defendido que essas disciplinas se apoiam nas ciências de referência, mas elas próprias podem se tornar meios de construir conhecimento, produzir cultura própria e a perenizar na sociedade. Essas disciplinas escolares se consolidam através de um processo de associação entre currículo explícito e formal e o currículo oculto e informal. Assim, a disciplina escolar é produto da articulação de saberes de referência e métodos pedagógicos.

Eles retratam que no Brasil, assim como na Inglaterra, foi criado primeiro a instituição da Geografia no âmbito escolar e depois ocorreu a necessidade de formar professores capacitados para lecioná-la. Com esse pensamento que os escritores defendem a valorização dos cursos de licenciatura que formam professores para as disciplinas escolares, já que a licenciatura e a escola que sustentam as respectivas ciências de referências e não os bacharelados.

Posteriormente Mello e Pezzato (2020) procuraram analisar os livros didáticos como expressão material da cultura escolar, comentando que o livro didático é considerado uma “obra complexa”, dadas as suas características de produto editorial em constante atualização técnica, de ser apontado como veículo de transmissão ideológico e, entre outras propriedades, de ter grande influência na configuração da cultura escolar.

Como exemplo dessa influência dos livros didáticos, os autores trazem uma pesquisa histórica, onde determinam que as primeiras obras brasileiras foram escritas pensando no interesse maior dos autores do século XIX, que residia na questão da formação moral dos jovens. Ou seja, tratava-se de uma educação formal voltada à elite e mais preocupada com a conduta dos jovens na sociedade do que propriamente com sua formação humanística.

Nos anos de 1870 e 1880 apareceram livros didáticos no país, escritos por pensadores que possuíam algum vínculo com a escola, recurso que anteriormente não existia, permitindo que a educação saísse da esfera do ensino puramente destinado às elites.

Dessa forma, os livros didáticos começaram a ter um outro papel, já que eles obtiveram um método de ensino por excelência. Assim, o livro deixou de ser voltado exclusivamente ao professor, e passou a ser voltado ao aluno. Ilustrações começaram a surgir, bem como a separação entre livros de leitura e livros de tarefas escolares.

Sobre a escola os autores apresentam que a ideia de que é a escola a grande responsável pelo processo de aculturação e humanização das crianças e é na escola que ocorre o primeiro espaço de socialização das crianças fora do âmbito familiar. Utilizando Munakata (2016) como referência teórica, eles apresentam duas abordagens para a cultura escolar. A primeira vê a escola por meio de seus aspectos ordenadores, a escola como normatizadora da sociedade, em que normas, regras, símbolos e representações ditam um padrão que deve ser apreendido e reproduzidos por todos os alunos, indistintamente. A segunda abordagem, preconizada por autores como Dominique Julia (2001), entre outros, privilegia não tanto os aspectos normativos, mas sim a multiplicidade e a criatividade das experiências cotidianas.

Para concluir, os autores afirmam que a educação brasileira vem passando por algumas mudanças estruturais importantes nos últimos anos, principalmente depois do advento da Lei Federal nº 13.415/2017, que trouxe mudanças na formatação do Ensino Médio, e da Base Nacional Comum Curricular, que alterou consideravelmente a estrutura curricular da educação básica, sobretudo a do Ensino Médio, notando-se um claro esvaziamento do conteúdo de disciplinas já consagradas no currículo, como as pertencentes ao chamado bloco das Ciências Humanas. Outro ponto que eles levantam foi o enfraquecimento das disciplinas escolares e declínio do uso dos livros didáticos, devido aos materiais apostilados.

Eles finalizam o trabalho realçando a importância dos livros didáticos como ferramentas de transmissão do conhecimento historicamente estabelecidos e veiculados na escola, e que influenciam a seleção dos conteúdos, ajudam a moldar currículos, servem de balizadores aos docentes e muitas vezes são a única fonte de conhecimento a que os alunos têm acesso.

O segundo trabalho dos dois pesquisadores, é intitulado “OS MÉTODOS DAS CIÊNCIAS, O PARADIGMA INDICIÁRIO E AS PESQUISAS DOCUMENTAIS EM GEOGRAFIA: UMA PROPOSTA APLICADA”. O artigo, que faz parte de uma pesquisa documental que relaciona o currículo de Geografia com sua respectiva ciência de referência, tem como foco divulgar parte do que foi pesquisado, onde os autores apresentaram algumas considerações sobre os métodos comumente empregados nas ciências e trataram especificamente do paradigma indiciário. Como embasamento teórico os autores utilizaram nomes como Gewandsznajder (2001), Rampazzo (2013), Santos (1988) e outros.

Para compreender melhor a discussão dos artigos os autores utilizaram as seguintes obras didáticas:

- i. AZEVEDO, Aroldo de. O Mundo em que vivemos. 5ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- ii. AZEVEDO, Aroldo de. Terra brasileira. 41ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

Mello e Pezzato (2020) iniciam o trabalho com a discussão sobre os métodos das ciências naturais, das ciências humanas e o aporte matemático, em que eles determinam que os métodos tradicionalmente atribuídos às ciências naturais, possuem eventuais subclassificações, experimentação, a indução e a dedução; esses processos ocorrem através da ação de pôr a teste o objeto de estudo. Já a ciências humanas é diferente das ciências naturais, já que por investigar o homem, fica pouco claro a demarcação dos limites entre o sujeito e o objeto, já que o sujeito e o objeto se situam no mesmo plano. É apresentado que o problema do enquadramento das ciências humanas nos métodos tradicionalmente usados pelas ciências naturais, é de ordem metodológica.

Em seguida, o tema da discussão foi o paradigma indiciário, onde são apresentadas discussões mais filosóficas sobre o que é interpretar, apontado que o pesquisador inicialmente deve renunciar o pressuposto da neutralidade, já que ao interpretar seu objeto, assume uma intenção e pode se colocar no lugar dele. Nesse sentido, defendido que não existe interpretação sem posição.

É determinado que o paradigma indiciário, no contexto da geografia, é particularmente útil, pois o espaço geográfico é composto de uma miríade de fenômenos inter-relacionados que muitas vezes não se manifestam diretamente. Os geógrafos, assim como os historiadores que Ginzburg descrevem que podem atuar como "detetives", reunindo pequenos vestígios do passado e do presente, tais como mapas antigos, documentos históricos, arquivos cartográficos, relatos de viagens, entre outros, para revelar processos espaciais maiores e suas implicações.

Para enfatizar os argumentos anteriores Mello e Pezzato (2020), trazem trechos retirados dos livros de Aroldo, comentado sobre como são demonstradas palavras que inicialmente não representam muitas coisas, mas ao ser analisadas profundamente representam preconceitos dos pensamentos do autor do livro didático.

Para concluir, os autores reforçam que os métodos comumente empregados pelas ciências naturais, não se aplicam com tanta eficácia às ciências humanas. E

eles apontam que uma opção metodológica possível às pesquisas documentais são os métodos de tipo hermenêutico, em que se emprega, geralmente, a interpretação com caminho para elucidação do objeto investigado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas analisadas, além de pertencerem à mesma natureza, são todas acadêmicas vinculadas a instituições de pesquisa e ensino. Os 16 trabalhos analisados têm, também, em comum a semelhança na escolha da temática do ensino de Geografia e suas relações com o currículo e os livros didáticos.

Os trabalhos analisados neste estudo, foram com base na pesquisa qualitativa, isto é, de análise de obras didáticas à luz de referenciais teóricas diversas. Em alguns estudos ocorreu uma maior utilização de obras didáticas do que outras.

A seleção dos trabalhos que retratavam as práticas de ensino em Geografia, determinam que existe uma precariedade no currículo escolar de geografia, devido a sua questão de falta de conexão entre os temas, ou por deficiências nos livros didáticos que acabam forçando os docentes a elaborarem materiais e recursos didáticos-pedagógicos como uma estratégia para suprir os conteúdos ausentes dos livros. Alguns trabalhos procuram uma metodologia utilizando os livros e procuram se basear em habilidades propostas pela BNCC, mas muitas vezes é necessária uma complementação com materiais externos.

A análise das temáticas em geografia deixa transparecer que a conclusão do texto destaca como a pandemia de Covid-19 trouxe a necessidade de adaptação nas práticas de ensino, exigindo que os professores façam escolhas criteriosas ao utilizar diversos recursos didático-pedagógicos, como livros, vídeos e mapas. Além disso, a análise dos diferentes autores sobre a tropicalidade brasileira revela perspectivas distintas. Assim, o texto convida à reflexão sobre o papel do educador na mediação dessas percepções, reforçando a importância de uma abordagem crítica e diversificada no ensino.

Sobre os grupos invisibilizados identificou-se que a licenciatura muitas vezes falha com a formação docente, já que muitos professores não são preparados para a docência que representa as Leis nº 10.639/03 e nº 11645/08. Além de que os próprios livros didáticos transparecem o despreparo frente à discussão das relações étnico-raciais no Brasil e no mundo, deixando de fora assuntos como as diversas matrizes oriundas da África, referência da formação da sociedade brasileira, sendo muito determinado ainda pela visão linear e eurocêntrica ao produzir uma narrativa sobre a África e sobre os povos originários.

A seleção pelo estudo de livros didáticos dirigidos aos ensinos Fundamental e Médio demonstra uma profunda discussão sobre o objeto livro didático e o currículo que o permeia. Os textos analisados destacam a discrepância entre as recomendações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a realidade dos livros didáticos, especialmente em relação à abordagem dos objetos espaço-territoriais e à inclusão de conteúdos geocientíficos. Foram apontados que a Geografia de cunho simbólico permanece restrita às discussões acadêmicas e não alcança de maneira efetiva a educação escolar, apesar de sua importância ser reconhecida nos PCN.

Além disso, os estudos indicam que apenas uma pequena fração dos conteúdos presentes nos livros didáticos abordam Geociências, com espaço para melhorias na contextualização dos temas com as vivências dos alunos. Nesse sentido, é provado que o ensino de Geografia deve integrar tanto os conceitos científicos quanto os cotidianos, proporcionando uma abordagem crítica e reflexiva.

O papel central do livro didático no processo de ensino é reafirmado, mas também criticado, especialmente em sua tendência a perpetuar a dependência do professor como mero reproduzidor de conteúdo. Com a recente reforma educacional, foi observado um esvaziamento das disciplinas das Ciências Humanas, resultando na diminuição do uso dos livros didáticos e na substituição por materiais apostilados.

Por fim, os trabalhos analisados reforçam que, embora o livro didático tenha limitações e seja objeto de críticas, ele ainda é uma ferramenta fundamental para a transmissão do conhecimento e a construção curricular. Eles defendem que, nas Ciências Humanas, métodos hermenêuticos são mais adequados para elucidar objetos de estudo, dado que os métodos comuns às ciências naturais não se aplicam com a mesma eficácia.

Em suma, as análises realizadas reforçam a importância do livro didático no ensino de Geografia, apesar de suas limitações evidentes, como a lacuna na representação de grupos invisibilizados e a falta de conexão entre os temas abordados. A reflexão crítica sobre o currículo escolar, os desafios impostos pela pandemia e a necessidade de recursos pedagógicos diversificados destacam o papel crucial do professor na mediação dos saberes e na adaptação de conteúdos às necessidades contemporâneas. Assim, o trabalho convida à continuidade das discussões sobre a formação docente, o aprimoramento dos materiais didáticos e a construção de um ensino mais inclusivo e contextualizado, especialmente no que se refere às temáticas étnico-raciais e geocientíficas.

REFERÊNCIAS

- BAUER, Martin w. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martins W. e GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagens e som: um manual prático. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2006. p. 189-217.
- BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2009.
- FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. Educação e Sociedade, ano 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.
- Garcia, V.; Martinez, M.; Garcia, W; SuperAção! geografia: 8º ano: manual do professor. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2022.
- Rocha, R.; Raffani, P. T.; Gorgatti, I.; Fernandes, M.; Delloro, C. B.; Santos, J. M. dos; Fonseca, E. P. da; Lopes, M. S.; Mazzochin, M. da S. Araribá conecta geografia: 8º ano: manual do professor. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2022.
- VITIELLO, M. A.; CACETE, N. H. Currículo, poder e a política do livro didático de geografia no Brasil. Revista Brasileira de Educação, v. 26, 2021.
DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782021260013>
- Magalhães, A. C.. (2021). GEOGRAFIA AFRICANA E AFROBRASILEIRA ANÁLISE DE LIVRO DIDÁTICO GEOGRAFIA GERAL E DO BRASIL: VOLUME ÚNICO. Revista Eletrônica: Tempo - Técnica - Território Eletronic Magazine: Time - Technique - Territory, 11(2). <https://doi.org/10.26512/ciga.v11i2.38358>
- MELLO, B. F.; PEZZATO, J. P. OS MÉTODOS DAS CIÊNCIAS, O PARADIGMA INDICIÁRIO E AS PESQUISAS DOCUMENTAIS EM GEOGRAFIA: UMA PROPOSTA APLICADA. GEOGRAFIA, v. 45, n. 2, p. 405–430, 7 jan. 2021.
<https://doi.org/10.5016/geografia.v45i2.15392>
- DE MELLO, Bruno Falararo; PEZZATO, João Pedro. TROPICALIDADE E INTENCIONALIDADE EM LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA: UMA LEITURA DAS OBRAS DE AROLD DE AZEVEDO, ELIAN ALABI LUCCI E MELHEM ADAS. Revista Tamoios, São Gonçalo, v. 16, n. 3, 2020. DOI: 10.12957/tamoios.2020.52514. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/tamoios/article/view/52514>. Acesso em: 27 set. 2024.
- Gratão, Jéssica Almeida. ANÁLISE DOS CONCEITOS GEOGRÁFICOS NOS DOCUMENTOS OFICIAIS DA EDUCAÇÃO E NO CURRÍCULO REFERÊNCIA DE GOIAS DO ENSINO FUNDAMENTAL II. Revista Latino-Americana de Estudos Científicos, p. 99–109, 2021.
- MACHADO ROCHA BUSCH PEREIRA, C.; ARAÚJO DE MOURA, J. CAMINHOS DE APRENDIZAGEM GEOGRÁFICA PARA O 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: ENTRE IMAGENS, EVENTOS E HABILIDADES. Revista Signos Geográficos, [S. l.], v. 4, 2022. DOI: 10.5216/signos.v4.72606. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/signos/article/view/72606>. Acesso em: 27 set. 2024.

CIGOLINI, Adilar Antonio; Da SILVA, Michelle Correa. A TEMÁTICA INDÍGENA NO ENISNO DE GEOGRAFIA: PROBLEMAS E CAMINHOS. *Revista Geografar Curitiba*, v.15, n.1, p.82-100, jan. a jun./2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/geografar.v15i1.69961>

FARIA, M. V. C.; COSTA, V. de L. C.; JUNIOR, D. da S. África com ciência e interculturalidade: Fazendo valer a lei 10.639/2003 na geografia escolar / Africa with science and interculturality: Enforcing law 10.639/2003 in school geography. *Brazilian Journal of Development*, [S. l.], v. 7, n. 12, p. 119888–119897, 2021. DOI: 10.34117/bjdv7n12-652. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/41813>. Acesso em: 27 set. 2024.

DE ALMEIDA RANGEL, Luana. MATERIAIS PEDAGÓGICOS PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL II. *Revista Brasileira de Educação em Geografia*, [S. l.], v. 11, n. 21, p. 05–26, 2021. DOI: 10.46789/edugeo.v11i21.1112. Disponível em: <https://revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/1112>. Acesso em: 27 set. 2024.

NETTO, Manuela Castro Costa. ANÁLISE DAS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS DO LIVRO DIDÁTICO “GEOGRAFIA GERAL E DO BRASIL: ESPAÇO GEOGRÁFICO E GLOBALIZAÇÃO”. *Revista Eletrônica: Tempo - Técnica - Território / Eletronic Magazine: Time - Technique - Territory*, [S. l.], v. 11, n. 2, 2021. DOI: 10.26512/ciga.v11i2.38357. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/ciga/article/view/38357>. Acesso em: 27 set. 2024.

LANES, Marcia Batista. Itinerários da Educação Básica no Ensino Fundamental II no Conteúdo Curricular de Geografia: da Constituição Federal de 1988 à prática esperada da BNCC. *GEOGRAFIA (Londrina)*, [S. l.], v. 30, n. 1, p. 521–538, 2020. DOI: 10.5433/2447-1747.2021v30n1p521. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/39290>. Acesso em: 27 set. 2024.

MARLENE MACARIO OLIVEIRA. O ESTUDO DO MEIO E O (RE) PENSAR A PRÁTICA DE ENSINO NA PERSPECTIVA CRÍTICA DA GEOGRAFIA. *Revista GeoSertões*, v. 5, n. 10, p. 107–107, 14 mar. 2021. DOI: 10.56814/geosertoes.v5i10.1562. Disponível em: <https://cfp.revistas.ufcg.edu.br/cfp/index.php/geosertoes/article/view/1562>. Acesso em: 27 set. 2024.

MELLO, Bruno Falararo de; PEZZATO, João Pedro; COSTA, Chrstiane Fernanda da. As disciplinas escolares e os livros didáticos como expressões da cultura escolar: algumas considerações de ordem teórica. *Revista Brasileira de Educação em Geografia*, [S. l.], v. 12, n. 22, p. 05–21, 2022. DOI: 10.46789/edugeo.v12i22.1132. Disponível em: <https://www.revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/1132>. Acesso em: 27 set. 2024.

DE ÁVILA MELO SAMPAIO, Adriany; GOMES DA SILVA, Aluê. PROFESSORES DE GEOGRAFIA DO ENSINO FUNDAMENTAL II E AS LEIS FEDERAIS

10.639/2003 E 11.645/2008. Revista Ciranda, [s. l.], v. 5, n. 3, p. 297–303, 2021. DOI: 10.46551/259498102021045. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/ciranda/article/view/4543>. Acesso em: 27 set. 2024.

LEITE, Marcelo Guglielmi. Paleontologia na Educação básica: uma perspectiva lúdica na abordagem de temas geológicos e paleontológicos no ensino de Geografia. Revista Acadêmica Licencia&acturas, Ivoti, RS, v. 8, n. 2, p. 59–67, 2020. DOI: 10.55602/rlic.v8i2.222. Disponível em: <https://ws2.institutoivoti.com.br/ojs/index.php/licenciaeacturas/article/view/182>. Acesso em: 27 set. 2024.

SILVA; FRANCO, R. Conteúdo de Geociências em Livros Didáticos de Ciências do Ensino Fundamental I: Identificando a Presença e os Temas Abordados. v. 26, 9 nov. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1516-731320200055>.